

Artigo de Pesquisa

NOVAS TERRITORIALIZAÇÕES DA FRONTEIRA ECONÔMICA AMAZÔNICA: O EIXO DA TRANSAMAZÔNICA DE LÁBREA A APUÍ – O AGRONEGÓCIO, CONFLITOS E IMPACTOS AMBIENTAIS**New territorializations of the Amazonian economic frontier: the Transamazonian axis from Labrea to Apuí - agribusiness, conflicts and environmental impacts**

Silvio Simione da Silva¹, João Maciel de Araújo², Rita Clara Vieira da Silva³

¹ Professor Titular do Centro de Filosofia e Ciências Humanas e do Programa de Mestrado da Universidade Federal do Acre. Estagiário em pós-doutoramento no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, sob a supervisão do Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira. ssimione@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-5348-9899>

² Professor do Instituto Federal do Amazonas – IFAM, Campus Humaitá - AM. Coordenador do Projeto de Pesquisa “As Comunidades Ribeirinhas Amazônicas: uma análise comparativa a partir dos rios Madeira e Purus.” pelo CNPq e PAINTER+/FAPEAM. joao.maciel@ifam.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0002-8180-9754>

³ Professora Substituta no Instituto Federal do Amazonas – IFAM, Campus Humaitá - AM, Mestre em História da Amazônia, Bolsista do Projeto de Pesquisa “As Comunidades Ribeirinhas Amazônicas: uma análise comparativa a partir dos rios Madeira e Purus.” pelo CNPq. rita.clara@ifam.edu.br

 <https://orcid.org/0009-0008-5226-1129>

Recebido em (02/12/2023) e aceito em (30/12/2023).

RESUMO: Este artigo traz um estudo sobre as novas feições territoriais da fronteira econômica da Amazônia Sul-ocidental, tendo como base a questão da expansão do agronegócio de grãos e seus impactos sobre outras formas de produção existentes, tal como sobre a floresta. Teve-se como recorte espacial o eixo da Rodovia Transamazônica entre as cidades de Lábrea e Apuí, no estado do Amazonas. Para isto desenvolveu-se estudos baseados em referenciais bibliográficas, relatórios técnicos, informações jornalísticas sobre a região e, uma atividade de campo, na região referida, com observações sistemáticas *in loco*. Pode-se então, entender que a expansão do agronegócio na região reflete aspectos da reterritorialização do capitalismo agrário, na atualidade, da sua rearticulação na Amazônia Sul-ocidental. Neste processo, o que ocorre na região de estudo reflete a recolocação espacial de agentes da fronteira provindos desde o Mato Grosso, passando por Rondônia Acre e sul do estado do Amazonas, onde o agronegócio de grãos se expande por terras que antes estavam ocupadas por atividades como a pecuária bovina e agricultura familiar. Por consequência desta perda de espaço para estas atividades, esses criadores de gado e agricultores familiares passaram a procurar outras áreas, sobretudo, mais distantes e/ou florestais que oferecem possibilidades de serem incorporadas ao espaço produtivo, mesmo que necessite de desmatamento para a prática de atividades agropecuárias e agricultura de subsistência. Em tudo isto, viu-se ocorrer grandes expressões dos impactos ambientais, sociais e econômicos, junto ao aumento de indícios de conflitos sociais, no conjunto desta nova territorialização do capitalismo agrário na região.

Palavras Chaves: Fronteira econômica. Reprodução socioespacial. Agronegócio. Conflitos. Amazônia.

ABSTRACT: This article presents a study of the new territorial features of the economic frontier in the south-western Amazon, based on the issue of the expansion of grain agribusiness and its impacts on

other existing forms of production, such as the forest. The spatial focus was the Transamazon Highway between the cities of Labrea and Apuí, in the state of Amazonas. To this end, studies were carried out based on bibliographical references, technical reports, journalistic information about the region and fieldwork in the region, with systematic on-site observations. It can therefore be understood that the expansion of agribusiness in the region reflects aspects of the reterritorialization of agrarian capitalism in the South-Western Amazon. In this process, what is happening in the region under study reflects the spatial relocation of frontier agents from Mato Grosso, through Rondônia Acre and the south of the state of Amazonas, where grain agribusiness is expanding into lands that were previously occupied by activities such as cattle ranching and family farming. As a result of this loss of space for these activities, these cattle ranchers and family farmers have also started to look for other areas, especially more distant and/or forested ones that offer great possibilities for being incorporated into the productive space, even if they require deforestation for the practice of farming and subsistence agriculture. In all of this, there have been major expressions of environmental, social and economic impacts, along with increased signs of social conflicts, as part of this new territorialization of agrarian capitalism in the region.

Key words: Economic frontier. Socio-spatial reproduction. Agribusiness. Conflicts. Amazonia.

Introdução

As transformações na produção do espaço que vem ocorrendo recentemente na Amazônia Sul-ocidental promovem efeitos diversos na configuração territorial que se concretiza nesta porção regional amazônica. Tais diferenças na reprodução espacial, denota temporalidades diversas de um processo de territorialização do capitalismo agrário que já se arrasta por mais de seis décadas, sob uma produção socioespacial e econômica que é diversa, porém integrada na totalidade do que acontece. Vê-se assim que, o que vem ocorrendo do noroeste do Mato Grosso, Rondônia, Acre e sul do Amazonas, demonstra que a fronteira econômica não se territorializa de forma homogênea, mas se diversifica em frações territoriais¹ heterogêneas, denotando temporalidades e espacialidades diversas e complementares.

Deste modo, pode-se dizer que as frações territoriais e já consolidadas com o agronegócio de grãos do noroeste Mato Grosso e do leste de Rondônia, tende a se expandir cada vez mais por áreas já desmatada, há mais de duas décadas, onde a agropecuária caracteriza as feições fundamentais do agronegócio, na atualidade. Desta forma, áreas em que a agropecuária já estava consolidada, no noroeste de Mato Grosso, oeste e norte de Rondônia junto a porção leste do Acre, estão sendo gradativamente retomadas por outras atividades – a produção de grãos; sendo esta atividade vista como expressão mais dinâmica ao agronegócio. Isto, porém, se dá sob o ponto de vista de que para o empreendimento neste setor do agronegócio, ao capitalista seria muito oneroso avançar sobre a densa floresta diretamente e assim, essas áreas de terras desflorestadas são buscadas como territórios propícios a essa expansão. Então, este processo de retomada atual da fronteira vai complementar com a continuidade da atividade agropecuária, num avanço sobre novas áreas florestais,

¹ Aqui estamos considerando como “frações territoriais” porções do território de expansão do capitalismo agrário na atualidade que se caracterizam por processo mais ou menos semelhantes, com áreas já concretizadas pelo agronegócio de grão, áreas que estão sendo incorporadas agora, e áreas florestais que estão sendo aberta para atividades mais primárias como agricultura de subsistência e agropecuária extensiva.

criando campos de expansão para a atividade agropecuária, e também para a agricultura camponesa com abertura de novas terras, onde eram matas nativas.

Neste contexto, o eixo da Rodovia Transamazônica (BR-230), entre as cidades de Lábrea e Apuí, seguindo no sentido da divisa do estado do Amazonas com o Pará, caracteriza-se como um dos principais vetores dessa ocupação recente. Esta faixa terrestre cortada pela referida rodovia, se coloca como parte de uma fração territorial de reocupação recente que está sendo reincorporada por este novo momento de territorialização do agronegócio na Amazônia Sul-ocidental, inclusive permitindo novas reconfiguração da rede urbana regional (CASTRO DE JESUS, OLIVEIRA NETO; ARAÚJO DA SILVA, 2023), situação essa que diretamente não será tratado neste artigo. Contudo, cabe destacar que se trata de uma região em que, embora seu processo de ocupação pela fronteira agropecuária remonte às quatro últimas décadas do século XX, em função da pouca atenção dada às rodovias que percorrem essas áreas, essa ocupação no século passado foi menos intensiva.

Deste modo, o movimento da fronteira neste início de século XXI, na porção territorial sul amazonense, ganha importância nas dinâmicas da reprodução do espaço. Assim, considerando a vasta dimensão desta fronteira econômica, aqui neste artigo teremos como recorte para análise, esta faixa territorial centralizada pelo eixo da rodovia Transamazônica no Sul do Amazonas. Logicamente, a análise feita, não busca isolar esta área para o estudo, mas sim compreendê-la em uma dimensão escalar e no que acontece na totalidade da fronteira amazônica sul-ocidental.

Cabe destacar que a cidade de Humaitá (Fig. 01), tem uma localização privilegiada no contexto das possibilidades de circulação de bens, pessoas e mercadorias. Situa-se à margem esquerda do Rio Madeira, em trecho com grande capacidade para a navegabilidade permanente e, ainda tem o ponto nodal do entroncamento das rodovias BR 319 - Porto Velho Manaus, com a BR- 230 - Transamazônica, num eixo viário que liga as cidades de Lábrea (nas margens do Rio Purus) à Apuí (às margens da Rodovia, já próximo da divisa estadual com o Pará no sentido a cidade de Jacareacanga), passando pela centralidade da referida cidade de Humaitá, em sua vinculação com Porto Velho (RO). Assim, tende-se a constituir como um núcleo urbano central em todo o processo de transformação na reprodução do espaço que vier ocorrer naquela região.

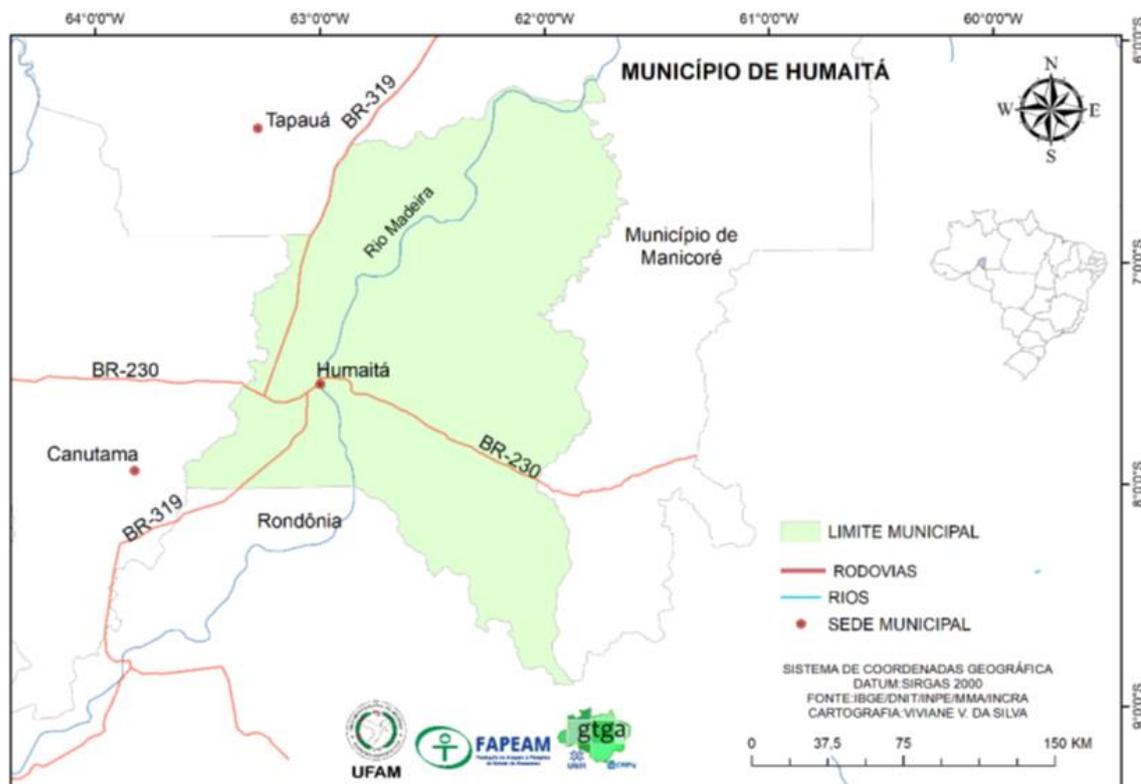


Figura 01 - Localização estratégica da cidade de Humaitá. Fonte: Silva, Araújo, Lima, 2021.

Soma-se a isto a condição localizacional da referida cidade/município, no centro de uma região de formação florística diversa no contexto da Amazônia, onde predomina vastas extensões de savanas, caracterizada por um complexo de vegetações de cerrado, mas com grande variação florística. Territorialmente, esta formação savânica com mais de quinhentos mil hectares de terras (incluindo os municípios vizinhos de Lábrea, Canutama e Porto Velho), aos agentes do agronegócio, apresenta-se como espaço propício à sua transformação direta em áreas para o cultivo de grãos. Isso numa vastidão de terras no sudoeste amazonense, em que está sendo tomada pela franca expansão das lavouras de soja, milho, arroz e outros tipos de grãos por empresas já consolidadas em outros estados.

Diante desta contextualização, entendemos ser pertinente compreender quais as faces espaciais e territoriais que estão sendo produzidas no contexto de transformação na produção do espaço regional? Para isto se faz necessário compreender a nova lógica do capitalismo agrário que aí, busca-se territorializar; ver como e quem são os agentes que promovem as novas territorializações? Quais os conflitos sociais que tudo isto tem suscitado no contexto tanto das áreas de cerrados, como nas áreas de florestas, por onde os agentes desta fase da fronteira se buscam fixar? Certamente, em tudo isto, pode-se notar intensos impactos ambientais e sociais como marca do processo em sua totalidade. Estes são os problemas básicos que aqui serão tratados.

Para isto, buscou-se informações através de revisões bibliográficas sobre as décadas anteriores, mas também em documentos, artigos, relatórios técnicos sobre desmatamentos e notícias em jornais eletrônicos. Além disso, realizou-se uma atividade de campo entre os dias 27 de julho e 03 de agosto de 2023, na qual percorremos trechos da BR 230 entre Humaitá e Apuí, e depois estendeu-se também no sentido de Humaitá e Lábrea e incursões pontuais a regiões adjacentes, como os Distritos localizados na região conhecida como Ponta do Abunã, em Rondônia, município de Boca do Acre, na BR 317 e Distrito de Realidade, na BR 319, sentido Manaus. Com isto, pode-se perceber como a Geografia da região está sendo produzida por novos rearranjos internos na Amazônia Sul-ocidental, por ações de forças econômica e sociais que respondem à expansão do agronegócio de grãos, mas também com os rearranjos promovido pela população camponesa, expropriada de outras frações territoriais dessa mesma fronteira e que aí buscam formas de se territorializar em novas terras de trabalhos (MARTINS, 1996).

Para isto apresentamos o artigo em três partes. Primeiro, buscou-se, sucintamente, dar uma visão da compreensão do conceito de fronteira e sua importância prática para compreender o momento atual vivido na Amazônia; segundo, apresentar o eixo da Transamazônica entre Lábrea e Apuí, em seu processo de formação, tanto como aparece no circuito de novas rearticulações da produção agropecuária, como na geração de conflitos e impactos socioambientais; terceiro buscou-se apresentar como esta situação tem gerado concordância e discordâncias por parte das autoridades e populações que vivem no local, frente ao signo do “chamado progresso” que está tomando a região.

A fronteira no contexto das transformações socioterritoriais e ambientais na Amazônia Sul-ocidental

A Amazônia, em dimensões continentais, se estende por nove países da América do Sul. De modo geral, sempre foi vista como a última fronteira a ser incorporada pelo capital, em sua lógica de reprodução espacial, no âmbito nacional como também internacional. O Brasil por ser o país que detém maior extensão territorial desta formação florestal, desempenha um papel imensurável de equilíbrio ou desequilíbrio ecológico, perante a forma de ocupação do espaço regional que fora submetida ao longo de séculos de ocupação, em especial, depois da década de 1960. A partir deste período a fronteira econômica que antes ocupava áreas pontuais da Amazônia, agora mira na totalidade regional.

A chegada dessa população dirigida para a região amazônica pelos Projetos de Colonização recente em contato com as populações tradicionais que aqui já habitavam, foi intensamente conflituosa. Isso, sem contar as questões que envolvem a própria produção, pois é sabido que a floresta amazônica é autossustentável, pelo depósito de húmus produzido pela própria decomposição de sua vegetação ao encontrar o solo. A derrubada maciça da floresta nativa, revelou um solo raso, em que sua fertilidade esteve ligada a deposição de material orgânico feito pela própria floresta, em áreas do atual estado de Rondônia. O que se apresentou de forma

diferente na faixa territorial do sul amazonense, principalmente nas terras de várzea do rio Purus.

Nesse contexto ocorreram diversos conflitos que culminaram na dizimação de populações indígenas, assassinato de camponeses e o avanço de grandes produtores/fazendeiros, que se aproveitavam da improdutividade da terra para comprá-las a preços baixíssimos, dando início à instalação de grandes áreas de pastagem. Isso sem contar, as próprias invasões de terras ocupadas por populações indígenas e ribeirinhas, muito antes das demarcações de 1988 com a Constituição Cidadã e da criação de reservas extrativistas para assentamento de populações ribeirinhas e remanescentes de antigos seringais.

Antes de aprofundar a questão da fronteira, é interessante entender que há uma complexidade na apreensão das disputas que se escondem por trás deste conceito. Por anos consecutivos, as máscaras ideológicas justificaram uma abertura da Amazônia de forma desmedida perante a base da criação da conformidade nacional. Conforme explicou Oliveira (2016, p.123/4) pela,

A passagem de uma ideologia assentada nas "fronteiras geográficas" para a ideologia fundada nas "fronteiras ideológicas" foi o móvel que comandou todo este processo. Entretanto, em muitos momentos da vida nacional, intelectuais e setores da esquerda foram jogados na rede da discussão das medidas nacionalistas, enquanto o Estado foi cimentando sua estratégia, planejando e implantando a internacionalização dos recursos naturais, sobretudo os minerais.

Na passagem da questão espacializada para uma visão induzida, o mercado comandou toda a expansão territorial no Brasil, sob a ocupação numa lógica de fronteira econômica. Assim, continuam presentes nas décadas iniciais deste século XXI. O município de Apuí e o km 180 da BR 230 (Transamazônica), um pequeno distrito do município de Manicoré, formalmente denominado Santo Antônio do Matupi, este último de ocupação ainda mais recente do que Apuí, em muito pouco se difere da configuração espacial característica do eixo da BR 364 em Rondônia, durante os períodos de implantação dos projetos de colonização recente como PIC, PAD e Polonoeste, pois a expansão capitalista, utiliza dos mesmos mecanismos como a grilagem e invasões como nos períodos anteriores, nesses pequenos espaços territoriais no estado do Amazonas, causando a produção dessa paisagem rural próxima de outras áreas atingidas pela expansão da fronteira do agronegócio.

Localidades tomadas pela poeira da estrada, recém-aberta, muito movimentada por caminhões e carros de transporte de produtos e pessoas, que chegam à região em busca de oportunidades em diversas áreas do setor de serviços. Assim, ainda que coberta pela fumaça de madeireiras, só no eixo da BR-230, foram contadas por estes pesquisadores um total de 10 madeireiras, em pleno funcionamento, produzindo o corte de madeira amazônica e com o funcionamento ativo de carvoarias.

Vê-se assim a fronteira econômica como um espaço que ainda não está estruturado nos moldes das áreas centrais do país. Sendo então, campo de possibilidades para diversas territorializações de agentes do capitalismo agrário, no tocante ao

atendimento do mercado pelo controle dos recursos naturais e, sobretudo, da terra (BECKER, 2004; COSTA SILVA, 2015; SILVA, ARAUJO, LIMA, 2021) no processo de sua transformação superficial de “terra natural” em “terra capital”, isto é, no processo de mercadorização da terra. Por isto a fronteira se coloca como local da legalidade e da ilegalidade, do assentimento e da rejeição ao que se apresenta como novo, num processo que as forças mais poderosas tendem a eliminar aquelas que se opõem a tais domínios. Por isso, a fronteira é marcada fundamentalmente pelo conflito.

Desta forma, como vimos tratando, pode-se dizer que no Brasil, a lógica de ocupação de fronteiras econômicas foi a base da produção e formação territorial do espaço nacional, feito num constante avançar do litoral Atlântico para as áreas centrais do continente. Por sua localização predominantemente mais distante do litoral atlântico (exceto o Pará e Amapá), e pela densidade da floresta fechada, a Amazônia somente foi ocupada a partir dos rios que desempenharam papel de caminhos de entrada e saída, por longos anos. Os rios formaram os primeiros circuitos de movimentação regional durante os primeiros séculos de ocupação, sendo também um dispersor do povoamento que foi se fixando, ao mesmo tempo que também serviam como caminhos de fugas para os povos nativos, ameaçados pelo avanço da fronteira de ocupação luso-brasileira em épocas distintas. Contudo, a efetivação de vias de circulação terrestres veio ser ampliada somente depois da segunda metade do século XX. Assim, podemos dizer que, após a década de 1960, já tendo sido ocupada praticamente as demais regiões brasileiras, a Amazônia passa a ser vista como a grande reserva de terras e outros recursos a serem ocupados e apropriados.

Então, nas últimas quatro décadas do século passado, políticas governamentais promoveram o deslocamento de populações do Centro-sul e Nordeste brasileiro para a Amazônia. Isso feito vinculado ao amplo projeto de integração nacional, através da complexa rede rodoviária que cortava toda a Região Amazônica, abrindo verdadeiros vetores de indução da ocupação regional por frentes migrantes de origem diversas: camponeses, investidores e especuladores fundiários, mas também grileiros, jagunços e invasores de terras públicas e privadas. Esta é a dinâmica da fronteira econômica que ainda está em curso, na formação territorial econômica da região.

Neste sentido, a fronteira econômica que esteve fortemente aberta nas décadas de setenta, oitenta e noventa do século passado, deu base para uma ocupação espacial com caracteres diversos. Sob esta base, tendo as estradas como vias indutoras da formação e territorialização de atividades mais ligada ao uso da terra, principiaram projetos de assentamento oficiais e privados, formação de fazendas de médios e grandes portes e áreas de disputas com a população local (extrativistas e indígenas) sob bases conflituosas (SILVA, 2004). Consumada esta fase, na última década do século passado, já havia aqueles intelectuais que se referiam a um possível fechamento da fronteira (GRAZIANO DA SILVA, 1990), pois para estes, uma vez que o capital tivesse controlado toda a propriedade da terra, não haveria mais fronteira aberta.

Contudo, passadas essas décadas chegou-se ao século XXI, quando muitas áreas da Amazônia voltam a ser retomadas no contexto de maior integração produtiva nacional ao processo de globalização econômica mundial. A fronteira amazônica novamente

se mostra aberta a novas dinâmicas. Assim, mesmo com as restrições em função do debate ambiental, perante as mudanças climáticas e os impactos nas condições de vida planetária, mais que nunca a fronteira se coloca aberta, em construção frente aos movimentos que a produz e reproduz, na atualidade.

Vê-se assim, que o capitalismo em sua lógica reprodutiva não promove suas ações especializadas por uma visão conservacionista ou preservacionista. A reprodução se dá sim pela lógica acumulativa do lucro. Neste sentido, embora sob pressões de ambientalistas, políticos e consumidores – o mesmo capital que pressiona internacionalmente pela preservação da Amazônia, contraditoriamente também pressiona pela integração produtiva da região como áreas para expansão de produção de *commodities* voltadas à função comercial e de exportação e, até mesmo na venda de serviços ambientais. Neste plano, a fronteira se coloca como base para entender a lógica ampliada e contraditória da reprodução capitalista que aí se territorializa, mas tem vínculos amplos e diversos com agentes do mercado nacional e internacional.

Mesmo diante de restrições impostas, pode-se então dizer que a Amazônia se caracteriza por áreas propícias para a expansão da fronteira atual, porém com processos produtivos que se espacializam de formas diferenciadas. A Amazônia Sul-ocidental sobressai neste processo, com áreas muito dinâmicas na atualidade. As áreas do estado de Mato Grosso e parte de leste de Rondônia se apresentam mais integradas ao processo produtivo tecnificado de grãos, inclusive com boa infraestrutura de circulação. Isto, ao passo que a parte de Rondônia, Acre e do próprio Mato Grosso ainda oferece grandes possibilidades para a expansão destas atividades. Deste modo, pode-se caracterizar a região da Amazônia Sul-ocidental (Fig. 02) como um emaranhado de grandes complexos e produtivos, incluindo frações territoriais diferentes, em temporalidades diversas da produção do espaço pelo capitalismo Agrário.

Pode-se então, falar que aí, há três “amazônias” nesses cursos de reprodução espacial. Uma primeira que está devidamente integrada a produção de *commodity* de grãos; uma segunda em que a produção de grãos se expande a partir da tomada de áreas já consolidadas pelo agronegócio da pecuária bovina; e, uma terceira em que agentes da fronteira, que perderam seus espaços em que estavam, movimentam-se internamente buscando novas áreas de expansão, inclusive com desmatamento de áreas, reproduzindo campos para a criação da pecuária e da agricultura familiar, quase sempre guiada pela indústria madeireira que caminha junto a esta abertura de áreas florestais para a produção agrícola e pecuarista.



Figura 02 - Amazônia Sul-Occidental **Fonte:** DNIT – Mapas Multimodais²; Google Maps. Desenho e reelaboração: Silvio S. da Silva, 2023.

Nesta última situação está a expansão por áreas de formação natural, inclusive sendo o *locus* de ação de invasão, ocupação de áreas públicas, privadas, reservas indígenas e unidades de conservação. Portanto, é onde os conflitos falam mais altos e, a realidade da fronteira aparece mais desnudada. Neste ponto, a fronteira se apresenta como possibilidades múltiplas de rearticulação e, mesmo, as áreas já tomada/apossadas por agentes produtores, ainda estão sujeitas a novas reterritorializações pelo capitalismo agrário em sua retomada da região, sob os propósitos de um mercado que não se processa apenas nacionalmente, mas sim respondendo a uma lógica econômica global.

O eixo da Transamazônica de Lábrea a Apuí: antes e agora

Resgatando a formação territorial da região, o atual município de Lábrea é o espaço produzido que guarda o princípio da ocupação não indígena da região em estudo. Entende-se assim, que o processo de ocupação não indígena, do que hoje é o município de Lábrea - AM, data do século XIX e está diretamente ligada ao primeiro surto econômico da borracha na Amazônia. As primeiras incursões realizadas por colonizadores de origem nordestina nesta região, datam de 1852, com a expedição de Tenreiro Aranha, que obedecendo à ordem do governo imperial brasileiro, tentou

² Disponível: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/noticias/dnit-publica-mapas-multimodais-referentes-a-2021>.

encontrar comunicação entre os rios amazônicos Purus e Madeira, o que efetivamente ocorreu mais de um século depois, em 1961, por meio da Transamazônica.

A partir de 1869, a região recebeu o que foi considerada a primeira leva de colonizadores, comandados por João Gabriel de Carvalho e Melo, o grupo de cearenses adentrou o vale do Purus em busca de seringueiras, para a extração de látex. A posterior, em 1871, chega à região do Amaciari (atualmente Lábrea) uma expedição chefiada por Antônio Rodrigues Pereira Labre, levando o que foi considerado o maior grupo de ocupação da região nesse período, formado majoritariamente por maranhenses (inclusive, origem também do próprio comandante da expedição). Esses colonizadores buscavam o “ouro branco” (borracha nativa), fonte de enriquecimento de muitos seringalistas na Amazônia brasileira, durante o referido século.

O Coronel Labre, como ficou conhecido, mesmo tendo berço de ouro e estudo na Europa, decidiu voltar ao Maranhão e adentrar a região amazônica em busca de terras que poderiam ser suas propriedades futuras e, em busca da borracha. Este povoado foi formado com essa ocupação de terras, liderada por esse Coronel Maranhense, que fez da região sua propriedade e deu ao povoado, seu nome em versão feminina, a denominando de Lábrea. Este povoado foi elevado à categoria de município no início do processo republicano brasileiro, quando houve a elevação da província do Amazonas à categoria de estado, composto por 23 municípios, que eram suas antigas vilas provinciais, segundo nos conta Rocha (2016).

Portanto, os dois extremos da BR 230 ou Transamazônica, como ficou conhecida essa rodovia, dentro do território do estado do Amazonas - os municípios de Lábrea e Apuí, tiveram processos colonizatórios não indígenas diferenciados. Como vimos, Lábrea, teve seu povoamento não indígena canalizado pelo rio Purus, o que não aconteceu com Apuí, que só teve habitação não nativa, em meados da segunda metade do século XX, com o advento da rodovia e dos projetos de colonização. Por sua localização central, longe de curso fluvial, depende da rodovia que possui péssimas condições de tráfego, em determinados períodos do ano, inclusive, já tendo isolado o município de Apuí do resto do Amazonas, entre 1989 e 1991, por falta de manutenção e abandono.

Inicialmente, o que hoje forma o município de Apuí, era um distrito do município de Novo Aripuanã. Esta área marginal da Rodovia Transamazônica passou a ser ocupada por migrantes de origem centro-sulista, rondoniense e matogrossense, a partir dos anos de 1970, sendo elevado à categoria de município já no ano de 1987, sob o Governo de José Sarney. No mesmo período, com incentivos do governo federal e com a ação do governo estadual de Amazonino Mendes, ocorreu a tentativa implantação de um assentamento dirigido na região, o Assentamento JUMA, que foi considerado por alguns políticos, na década de 1980, como o que seria “O maior projeto de assentamento dirigido da América Latina.”, como foi noticiado pela mídia nacional (principalmente a imprensa).

Com a criação do assentamento, levadas de pessoas de origem centro-sulista chegaram à essa região, em busca de um pedaço de terra e vida com dignidade através da agricultura familiar. A BR-230 ou Transamazônica, foi a facilitadora desse processo,

pois a região, mesmo contando com a presença do rio Juma (não navegável em razão da existência de corredeiras e cachoeiras) e a distância de 107 km do rio Aripuanã (também conhecido como Matá-matá), ainda não havia recebido presença branca colonizadora até a década de 70 do século XX. Além do mais, o presidente Emílio Médici, terceiro e antepenúltimo presidente militar do Brasil, no período da Ditadura, havia iniciado a construção dessa rodovia (completamente irregular e desenfreado, sem laudos técnicos para avaliação da viabilidade da obra, possíveis impactos socioespaciais/ambientais e tantos outros problemas) que tentava facilitar a comunicação entre áreas do Nordeste, do Pará e o Sul Amazonense. Com isso abriria um circuito de articulação territorial, inclusive, para induzir a ocupação com correntes migratórias vindas do Nordeste para a Amazônia.

É importante salientar, que a abertura de rodovias e a expansão delas, não serve ao desenvolvimento de populações indígenas e tradicionais, mas sim, a lógica do desenvolvimento capitalista, com esta abertura, se pretendia promover a expansão da produção agrícola em regiões consideradas despovoadas e improdutivas no território brasileiro pelo governo militar. O governo Médici ficou conhecido pelo tal “milagre econômico”, que aparentava um crescimento irreal para o Brasil e pelos projetos de colonização implantados por ele na região amazônica, como o projeto “Brasil Grande”. Este se destinava a realocar populações expulsas de suas terras de origem, seja pelo próprio capital concentrado em grandes propriedades (caso da população sulista e parcialmente nordestina também), seja pela fome, seca, falta de oportunidades causadas pela concentração de terras, expulsando forçosamente o pequeno produtor de seu lugar de origem (caso da população nordestina).

Muitos dos assentados do PA Juma (Projeto de Assentamento Juma), já não permanecem nos lotes que foram beneficiados, na zona rural de Apuí. A maioria saiu da região, alguns mudaram-se para o núcleo urbano do município, outros foram para outras regiões do assentamento, como o Setor Coruja e outros tantos foram engolidos pelos grandes proprietários de terras, que através da grilagem e de diversas outras formas ilegais, expropriaram a maior parte da terra dessa população presente no processo de criação do assentamento dirigido. A BR-230 ou transamazônica transformou-se no caminho da expansão do agronegócio no Sul Amazonense e o arco do fogo, marcadamente acentuado nessa região do Amazonas, está concentrado e aparente na abertura de novas propriedades (grandes) à margem desta rodovia, que continua atraindo o grande capital e contribui para o aumento do desmatamento, principalmente destinado à criação de gado (áreas de pastagem).

Esta realidade vista nos dois extremos amazonense de Lábrea à Apuí, nos apresenta como o eixo da Rodovia BR-230, a Transamazônica foi e ainda é um vetor fundamental para a expansão da fronteira. Isto dado que por cortar um território sul amazonense de oeste para leste (ou vice-versa), induz a ocupação de porções territoriais distantes das margens fluviais de outros municípios como Humaitá, Canutama, Manicoré, Novo Aripuanã, que tem suas sedes municipais às margens do Rio Madeira, mais ao norte. Assim, a ocupação por terras firmes se dá a partir de eixos rodoviários dinamizados por atividades extrativistas madeireiras e agropecuária, numa articulação com o processo de produção econômico e territorial, sob padrões de dominação espacial do capitalismo agrário, conforme o que já se consolidou em

parte do Mato Grosso e Rondônia. Conforme mencionamos anteriormente, as serrarias de madeiras nos Distritos, distantes das sedes municipais, constituem vetores do emprego e subemprego nestas localidades, fazendo funcionar uma rede de serviços de reparos às máquinas e veículos que, em conjunto com as casas agropecuárias, indicam tratar-se de uma economia da devastação da floresta.

Outro ponto a ressaltar é que, histórica e politicamente, a situação de conflitos e violações de direitos territoriais foi agravada entre 2018 e 2022 (sob o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro) quando as práticas de invasões de Terras Indígenas e assentamentos de pequenos produtores rurais e extrativistas, por empresários do Agronegócio e exploradores de madeira ilegal, foram, em partes, impulsionadas pela retórica anti-ambientalista e anti-indígena, mas também da neutralização a que o referido governo submeteu os órgãos de fiscalização. A comprovação disso pode ser facilmente notada: no crescimento alarmante de vicinais clandestinas ao longo das Terras Indígenas Nove de Janeiro e Tenharim-Marmelos, pertencentes aos Povos Parintintin Tenharim, respectivamente, na BR 230 sentido Humaitá para Apuí; nas entradas ilegais de madeireiros em terras indígenas e unidades de conservação; no “boom” de casas agropecuárias e madeireiras no km 180, denominado de Santo Antônio do Matupi (Município de Manicoré), também na transamazônica sentido Apuí; ou ainda, nas recentes clareiras de derrubadas da floresta às margens da rodovia, tanto sentido a Lábrea como para Apuí; isto, junto às cercas recém instaladas e marcas aparentes de queimadas (árvores em pé, encarvoadas, em meio a pastagens e, sinais de mudanças de queimadas recentes observadas, Fig. 03).



Figura 03 - Queimadas – Rodovia Transamazônica, Trecho Humaitá a Santo Antônio do Matupi.
Crédito: Acervo dos Pesquisadores. Fotografado em julho de 2023.

Faces atuais do Agronegócio

Conforme a historiografia, a grande propriedade exerceu papel determinante no processo de ocupação não indígena na região amazônica. Para além da exploração extenuante do trabalho dos seringueiros, a empresa seringalista caracterizou-se pela vastidão dos domínios territoriais dos seringalistas em praticamente todos os lugares onde se estabeleceu, conformando a iniquidade e o desenvolvimento de um padrão de sequestro e instrumentalização patrimonialista das instituições do Estado, viabilizando interesses do mercado e vaidades pessoais daqueles que eram legitimados como detentores de terras. Guardadas as devidas especificidades, podemos dizer que este padrão de privilégio aos que possuem grandes áreas de terras se mantém após o advento do ideário do agronegócio na região, nos dias atuais.

De maneira geral, os agentes econômicos associados à expansão do agronegócio possuem grande proximidade e apoio dos agentes que representam o Estado, nas diferentes instâncias administrativas. Uma rápida busca por notícias relacionadas à atividade agropecuária na região em estudo, revelará o entusiasmo com que as agências de comunicação do governo estadual e dos municípios tratam o fato de aí estar concentrada a maior parte do rebanho bovino do Amazonas e o crescimento gradativo da safra de grãos. Uma das demonstrações mais contundentes de nossa afirmação é representada pela iniciativa AMACRO, idealizada por dirigentes de entidades representativas do segmento patronal da agropecuária e lançada formalmente durante a Exposição Agropecuária do Acre (Expoacre), em 2019, com representantes dos três estados cujas iniciais originam a sigla: Amazonas (AM), Acre (AC) e Rondônia (RO).

Na prática a AMACRO, que em dezembro de 2021 foi introjetada no governo federal, envolvendo a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Ministério do Desenvolvimento Regional, passando a ser de Zona de Desenvolvimento Sustentável (ZDS) Abunã/Madeira. Seu lançamento se deu com a presença do então vice-presidente Hamilton Mourão e dos governadores dos três estados, num evento em Porto Velho/RO. Esta seria uma área que intensificavam os incentivos governamentais aos empreendimentos agropecuários de grandes portes num território abrangendo 454.220 km², correspondendo a 32 municípios localizados no noroeste de Rondônia, sul do Amazonas e leste do Acre. Embora não tenha sido editado o Decreto de efetiva criação da ZDS Abunã-Madeira, os agentes do agronegócio seguem mobilizados em prol de sua causa.

É importante notar que iniciativas como estas, propostas e articuladas por agentes que representam o agronegócio, buscam amplificar sua influência, observada nos últimos anos e que permitiram a transformação da paisagem da região, suprimindo floresta e consolidando a pecuária bovina de corte como expressão e meio de reprodução do capital agrário. Por meio do crédito proveniente do Fundo Constitucional do Norte (FNO), via Banco da Amazônia, da criação de normas e investimento no aprimoramento dos serviços de controle e inspeção sanitária e do estabelecimento e manutenção constante de convênios entre os órgãos tributários dos três estados. Permitindo assim, a livre circulação de animais nesta região com isenção ou irrisórios impostos, o capital não somente se territorializou, quanto monopolizou a produção, integrando inclusive frações territoriais apropriadas pelo campesinato nesta cadeia produtiva.

Como resultado do trabalho dos governos estaduais, coordenado a partir dos interesses dos pecuaristas, em agosto de 2020 Acre, Rondônia e 13 municípios do Amazonas entraram para um seleto grupo de regiões reconhecidas pelo Ministério da Agricultura e Organização Mundial da Saúde Animal com *status* sanitário de área livre de aftosa sem vacinação, aumentando as perspectivas de ampliação de mercado para a carne aí produzida. Todos os municípios do Amazonas com territórios situados no eixo da Transamazônica foram contemplados pela medida, o que, segundo a própria Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Amazonas (ADAF), teria impulsionado o aumento 9,5% no quantitativo do rebanho em 2020, com especial destaque para o distrito de Santo Antônio do Matupi³.

As grandes áreas mecanizadas com monocultivo de grãos, que em 2022 perfizeram um pouco mais de 5.500 hectares, parte destas também recebendo apoio de crédito do FNO, estão concentradas no município de Humaitá e porções de Canutama localizadas no eixo da BR 319 (entre Porto Velho e Humaitá). Apesar de declararem-se inseguros com a eleição de Lula e o que este representaria em termos de políticas ambientais restritivas para a Amazônia, os ainda poucos agentes dedicados a este

³ Impulsionado por reconhecimento de zona livre de aftosa sem vacinação, rebanho do AM cresce quase 10% em 2020. Matéria publicada em 04/02/2021. Disponível em: <http://www.adaf.am.gov.br/impulsionado-por-reconhecimento-de-zona-livre-de-aftosa-sem-vacinacao-rebanho-do-am-cresce-quase-10-em-2020/> Acesso em setembro de 2023.

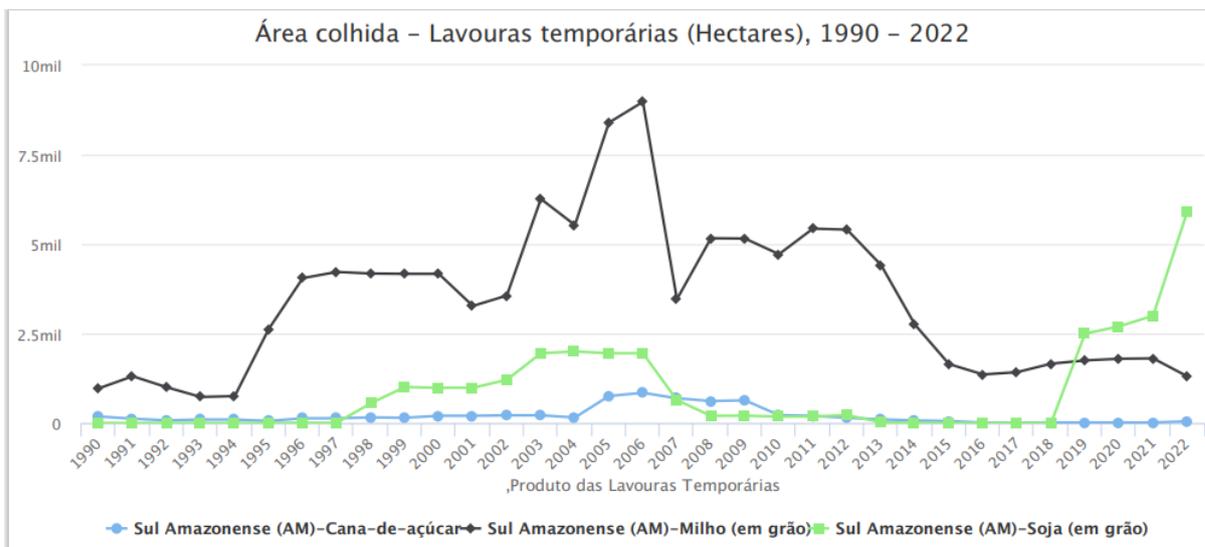
setor se mostram otimistas quanto aos resultados de produtividade por hectare (de milho, arroz e soja) e há registro da compra de novas áreas e pedidos de licenciamento para a ampliação da atividade (Fig. 04).



Figura 04 - Área para monocultivo de grãos: entroncamento entre a BR 319 e BR 230, em Humaitá (AM). Crédito: Acervo dos Pesquisadores. Fotografado em julho de 2023.

Vale destacar que o monocultivo mecanizado de grandes áreas com soja, teve um breve surto a partir de 1998, em parte impulsionado com subsídios do governo do estado a partir do programa Terceiro Ciclo (LIMA, 2008). A partir de 2008, em boa medida devido à entrada em vigor da chamada “moratória da soja”, firmada em 2006, a produção foi zerada, sendo retomada em 2019 (Gráfico 1), influenciada pela retórica bolsonarista que insuflou entidades como a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (APROSOJA) a contestarem com radicalidade a legitimidade da moratória. Diferentemente do arroz e milho, cujo destino é o mercado interno por meio de cerealistas com atuação na região, a soja segue a tendência de outras regiões e, através das *tradings* oligopolistas do setor, sai das fazendas para exportação.

Gráfico 1. Série com Área Colhida – Lavoura Temporária no Amazonas (1990-2022)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

A face do agronegócio na região, como movimento de expansão do capitalismo agrário, se mostra totalmente dependente da ação, ou inação do Estado. Tal postura será tanto mais favorável aos agentes que o representam, quanto mais for sua capacidade de imporem suas vontades, mediante alianças e alinhamento ideológico com a classe política da vez. Isso evidencia-se quando de sua influência para a emissão dos quase imperceptíveis, para os leigos, dos reiterados convênios dos órgãos tributários durante as duas primeiras décadas deste século, mas também pelos discursos de governantes que se declaram contra qualquer obstáculo aos “interesses do agro”. A demonstração mais contundente quanto a este último caso se expressou na lealdade a que parte dos fazendeiros da região mantiveram ao ex-presidente Bolsonaro, seja no processo eleitoral, financiando voluntária e paralelamente a campanha, seja na contestação do resultado, sendo o bloqueio à Transamazônica no município de Humaitá e na BR 364, na altura dos Distritos da Ponta do Abunã, um dos últimos a serem dispersados em todo o país.

Onde fica a agricultura camponesa?

Até meados da década de 1970, o campesinato predominante na Amazônia Ocidental correspondia aos descendentes de indígenas e sertanejos. Estes últimos migraram para a região durante os surtos da produção de borracha, quando exerciam a função de seringueiros. Este campesinato assumiu feições diversas, refletindo em seus sistemas de produção as características do meio natural: seringueiros, ribeirinhos, extrativistas ou mesmo pequenos produtores agrícolas voltados à autossustentação.

Assim, Silva (2004), ao discutir o desenvolvimento agrário no contexto da fronteira amazônica-acreana, caracteriza e indica que o campesinato estaria representado por dois tipos: o camponês da lavoura, constituído no processo de expansão da fronteira agropecuária a partir dos anos 1960; e o camponês florestal, constituído no bojo da

expansão da empresa extrativista, sendo este grupo representado pelo seringueiro, um campesinato que se atualiza a partir da experiência nordestina migrante na Amazônia. Por sua vez, Cruz (2007), ao analisar os processos que culminam com a territorialização de um campesinato-ribeirinho, no Amazonas, identifica três tipos: um campesinato de territorialidade agropastoril; o da territorialidade aquática; e o florestal. Ambos os estudos, dentro do horizonte temporal no qual foram realizados (início dos anos 2000), indicam que este campesinato, embora se manifestando de formas diversas, encontra-se no interior das relações de expansão capitalista na Amazônia.

Com a interligação rodoviária da região ao centro-sul o campesinato se diversificou ainda mais, tanto em razão de famílias provenientes de estados das regiões Sudeste e Sul, assentadas nos projetos de colonização e assentamentos do INCRA, quanto por aquelas famílias que mesmo não sendo inicialmente contempladas por estes mecanismos, migraram na expectativa de acesso à terra, motivados pela lógica da fronteira aberta. Este campesinato se identifica com a abertura das estradas não somente por estarem em assentamentos nas zonas de influências destas vias, mas também, porque uma das características dos sistemas produtivos os quais praticam é sua formatação sob a lógica da elevação da produção e da rápida circulação e distribuição de mercadorias.

Desta forma, coexistem na região dois sistemas básicos e relativamente distintos de produção camponesa, correspondentes ao que analiticamente podemos classificar como um campesinato ribeirinho (das várzeas) e um campesinato da lavoura, semelhante ao identificado e descrito por Silva (2004) ao estudar a porção mais ao sul da Amazônia Ocidental (das terras firmes).

No primeiro grupo se encontram milhares de famílias que formam as comunidades estabelecidas às margens dos rios Purus e Madeira. De maneira geral, a produção destes camponeses consiste na agricultura de várzea (Fig. 05), a partir de cultivares e técnicas repassadas tradicionalmente (banana, mandioca para produção de farinha, milho, feijão, melancia e outras culturas anuais); no extrativismo vegetal de açaí e castanha nas (e quando há) áreas de terra firme disponíveis nas comunidades; e na pesca artesanal nos rios e lagos de ambos os vales. Além das trocas internas (de trabalho e de bens) entre famílias que integram uma mesma comunidade e de trocas intercomunitárias, as relações mercantis deste campesinato se dão também com os intermediários que, sendo a produção para consumo local, ou para outras regiões, geralmente trata-se de comerciantes estabelecidos nas sedes dos municípios. Cabe registrar que este campesinato vive uma realidade na qual é cada vez mais acentuada a restrição quanto ao acesso a áreas de terras firmes para cultivo de culturas perenes e aos produtos florestais extrativos.

No caso das comunidades localizadas no rio Madeira a falta de segurança fundiária é uma constante e a maior parte do campesinato aí estabelecido está submetido a regimes e relações arcaicas de servidão junto aos proprietários das terras, tais como contratos de comodata. Não por acaso, é cada vez mais comum que as novas gerações de ribeirinhos passem a dedicar-se à controversa garimpagem de ouro, em detrimento das atividades agrícolas, da pesca e do extrativismo.

No segundo grupo se encontram as famílias assentadas em projetos de assentamentos criados pelo INCRA e também um número cada vez mais crescente de camponeses que, ao conseguirem uma relativa capitalização com a venda de suas terras em outros estados, ou mesmo em áreas situadas mais próximas aos eixos das rodovias na própria microrregião, se apropriam de áreas de floresta mais afastadas, convertendo-as em pastagens para integrarem-se à cadeia produtiva da pecuária bovina de corte, ou implantando lavouras de café. São agentes da nova territorialização da fronteira que aqui abordamos, movendo-se pelas frações territoriais diversas que expressam o momento atual da capitalização da terra, do trabalho e da produção.



Figura 05 - Área de várzea cultivada com mandioca, milho, feijão e melancia por ribeirinhos do Purus, Lábrea (AM). **Crédito:** Acervo dos Pesquisadores. Fotografado em setembro de 2023.

Esta variante do campesinato da lavoura, em boa medida oriundo do estado de Rondônia (o “pessoal de Rondônia”, na representação corrente na região), é especialmente relevante na configuração social, econômica, cultural e política da região de Santo Antônio do Matupi (Km 180) e do distrito de Sucundurí, em direção à Jacareacanga/PA, no eixo da BR 230. Mas também em porções do município de Canutama e Distrito de Realidade em Humaitá, no eixo da BR 319, em direção a Manaus; e, na bacia do rio Ituxi, afluente do Purus, no município de Lábrea e cujo acesso se dá por meio da BR 364 (em direção a Rio Branco/AC), na altura dos distritos de Vista Alegre do Abunã, Extrema e Nova Califórnia em Rondônia, ou ainda através do PA Monte, no município de Boca do Acre, cujo acesso se dá pela BR 317. Estas são regiões marcadas pela grilagem que pressiona Unidades de Conservação e Terras Indígenas, com intenso desmatamento por meio do corte raso de árvores que alimenta a atividade das serrarias instaladas nos distritos acima mencionados e por conflitos e violência no campo.

Em comum, o campesinato presente na região tem a falta de assistência técnica e apoio do Estado para viabilizar a expansão de suas atividades e garantir a permanência na terra e a dificuldade no acesso a serviços de saúde e educação. Trata-se, pois, de uma situação na qual a probabilidade de migração (para a cidade ou outras áreas rurais no interior da microrregião) jamais sai do horizonte e na qual se instala um tensionamento nas relações entre os dois tipos que aqui consideramos, bloqueando, a primeira vista uma unidade que culmine em lutas políticas em favor dos trabalhadores do campo. Em ambos os casos, observa-se uma condição camponesa cada vez mais multifacetada, com membros da família em constante mobilidade espacial, seja em busca de trabalho, ou em busca de serviços básicos de cidadania.

Conflitos *versus* consenso no processo de produção do espaço atual

Dado tais caracterizações apresentadas esta faixa de terras incorporada na atual dinâmica da fronteira, no sul do Estado do Amazonas há certas especificidades que têm de ser destacadas. Isto pois, as situações aqui ocorrem, no processo atual da fronteira econômica da Amazônia Sul-ocidental, vinculam-se às transformações, em nível nacional e internacional, produzidas por novas articulações do espaço regional, pela força da reterritorialização do capitalismo, no contexto brasileiro e sul-americano.

Há uma ligação direta do movimento da fronteira que se processou de forma diferente, mas combinado, isto é, a fração territorial dominada pelo agronegócio de grãos se movimenta sobre aquelas já dominadas pelo agronegócio pecuarista. Com isto essa fração tomada, tem seus agentes que se movimentam sobre as frações territoriais que oferecem novas possibilidades com terras, nem tanto artificializadas, como de formação vegetal nativa de floresta ou savanas. Em cada situação os conflitos têm faces diferentes, com formas de serem vistos, aceitos ou rejeitados de modo diferentes. Isto é notado desde a parte oeste do Mato Grosso, em zonas limítrofes com Bolívia seguindo até norte do estado já nas divisas com Amazonas e Rondônia; situação semelhante se estende no estado de Rondônia e no sul do estado do Amazonas e no estado do Acre.

Cabe destacar que parte territorial dos municípios de Humaitá, Lábrea e Canutama, possuem uma formação vegetal bastante específica. São aproximadamente 560 mil hectares de campos, formação savânica, que se estende sobre áreas de planícies entre os rios Purus e Madeira. Na verdade, não se trata de uma paisagem homogêneas de savana, mas de certas variações florísticas com trechos de domínios de savanas, entremeadas por áreas de formação de matas de maiores portes e até de floresta altas que se desenvolve sobre uma formação geomorfológica de tipos tabuleiro com pequenos desníveis (MARTINS, FERREIRA, CURI, VITORINO, SILVA, 2006).

Esta formação florística resulta de mudanças geomorfológicas ocorridas nesta porção da Amazônia, vinculando a um processo de transformação no relevo com efeito sobre a flora e fauna, que remonta desde o pleistoceno (2.000.000 até 12.000 anos atrás) com as mudanças climáticas e seus efeitos na formação florística local (MARTINS, FERREIRA, CURI, VITORINO, SILVA, 2006). Portanto, os solos, a formação vegetal

e a combinação resultante disso, é o que hoje se pode notar na referida região com uma caracterização geomorfológica e biogeográfica especificamente diferente do domínio de florestas densas no restante da região.

Sendo assim, trata-se de uma profunda variação no bioma amazônico⁴, predominantemente dominado por florestas, em que nesta porção sul do estado amazonense, sobressai uma formação pretérita que, ainda hoje, se apresenta como testemunho do que fora toda a biogeografia desta região no passado. É este fator característico da formação vegetal, do tipo de relevo plano, solos arenosos e clima quente e úmido que torna esta região muito atrativa para a expansão do agronegócio. Logicamente a isto veio se somar a localização e o preço do solo, quando comparado a outras frações territoriais já consolidadas pelo agronegócio de grãos e pecuárias no centro-leste de Rondônia, Mato Grosso e Acre.

Nestas condições os investidores do setor sempre alegam que não estão destruindo a floresta, pois se trata de áreas de campo. Desconsideram, assim, a especificidade do bioma cerrado, ou seja, as savanas amazônicas como importante no conjunto da complexidade que forma o grande bioma regional. Neste sentido, vemos a importância de tratar as savanas desta região como um bioma específico, considerando que a Amazônia não é homogênea, mas bastante heterogênea na sua formação florística, faunística e geomorfológica.

Esta é uma região dinâmica no processo de expansão da fronteira no sul amazonense, embora como vimos, sua incorporação já venha desde a década de 1980. Sendo que o avanço tem se acirrado em tempos recentes pelo oferecimento de terras a preços mais acessíveis, pelos apelos do mercado para a produção de grãos e incorporação de novas áreas ao processo produtivo. Soma-se ainda, como já mencionamos, a localização estratégica, especialmente, da cidade de Humaitá, sendo um ponto nodal na integração das Rodovias BR 319 com a BR 230 e o trecho altamente navegável do Rio Madeira.

Logicamente que todo este processo de avanço da fronteira se dá sob custo socioambiental considerado, em que os conflitos ganham dimensões diversas.

Nos municípios do sul do Amazonas observamos aumento da pecuária, do desmatamento e, em especial em Humaitá, a implementação de um conjunto de sistemas técnicos voltados para a produção de soja, que também tem crescido nos últimos três anos. Nessas transformações territoriais, também destacamos o movimento contraditório característico da fronteira, ou seja, a expansão do capital expulsa os povos e comunidades tradicionais dos seus territórios, assim como fragiliza as políticas de ordenamento. (SILVA, ARAÚJO, LIMA, 2021, p.03)

⁴ Embora se trate do bioma amazônico, aqui demonstramos sua variabilidade em que entender a Amazônia como um único bioma, pode ser muito simplificado pela complexidade da vida natural que aí se desenvolveu. Desta forma, vê-se mais coerente tratarmos de biomas; sendo, estes submetidos a um “amplo domínio biodiverso, como sendo o que retrata” a região em sua totalidade (SILVA, 2021, p, 158).

Nota-se que nesta porção da fronteira dominado por savanas, a frente do agronegócio de grão se expande diretamente sobre formação nativa, caracterizando então, um padrão de conflitos que se dá sob o caráter socioambiental. Estes se caracterizam pelos impactos causados com a implantação da atividade extensiva de grãos, sobre terras parcialmente ocupadas pela agricultura familiar e a já mencionada destruição do ambiente natural. Como as savanas não oferecem grandes variedades ao extrativismo, como ocorre na floresta densa, essas terras são vistas como “desocupadas”, e ainda as poucas famílias moradoras são mais facilmente expropriadas pelos agentes do agronegócio ao propor valores monetários para adquirir suas terras de trabalhos. Assim, as transformações recentes ensejam mudanças na vida local; levando a extermínio de uma fauna específica de áreas de savana amazônica com a perda de uma vegetação relíquia que testemunha tempos passados da formação ecologia da região. Junta-se a isso o maior abandono de outros sistemas produtivos tradicionais de populações locais baseadas no extrativismo vegetal e na produção agrícola voltada ao autoconsumo, com a venda de excedentes no mercado local.

Considerações finais.

A retomada das atividades econômica, voltadas para a produção intensiva de grãos, sob a lógica da produção capitalista do espaço, trouxe uma nova dinâmica e funcionalidade aos campos naturais (savanas), negando formação nativa como importante ao bioma amazônico e ao uso do espaço até então feito. Com isto, sendo áreas pouco povoadas, vista como se fossem portadoras de poucos atributos extrativistas naturais, mas em condições propícias ao desenvolvimento intensivo da produção agrícola, essa passa ser vista e buscada como um território privilegiado para expansão altamente lucrativa na produção de grãos de soja, milho e arroz. Assim, a territorialização do agronegócio nestas áreas de formação de savanas se dá predominantemente em grandes propriedades, onde se desmata a formação nativa e se cria outras fisionomias espaciais na paisagem da região com terras mecanizadas, prontas para a produção intensivas de grãos.

Neste sentido, o impacto na vida cotidiana de quem habitava estas áreas é notável. Isto vai desde a expropriação com a venda de suas terras, que antes não tinha quase preço algum, e agora, tende ser valorizada na nova etapa de controle sobre terras nesta dinâmica da fronteira atual. Com o valor oferecido, a possibilidade é vista como sedutora e esses antigos moradores, predominantemente, por décadas, vivendo como posseiros, vendendo suas áreas e indo a buscar novos lugares para viver. Dois destinos se desenham: poucos avançam para áreas de floresta menos abertas, buscando novas terras; outra parte, mais numerosa procura seu espaço para viver nas periferias das cidades regionais como Humaitá (AM), Porto Velho (RO), Lábrea (AM), Santo Antônio do Matupi (distrito do município de Manicoré, AM) e Apuí (AM). Por fim, é preciso considerar que a introdução da agricultura mecanizada na região de Humaitá e toda a estrutura dela derivada, como portos pluviais e sistema de armazenamento, supõe que haveria um sensível aumento na oferta de trabalho

assalariado no cultivo agrícola, ampliação de comércio de apoio a atividade entre outras, trazendo certas alterações à cotidianidade da cidade. Embora atualmente as fazendas que desenvolvem essas atividades tenham seus fornecedores de insumos no estado de Rondônia, é possível que o comércio local comece a se adequar, de certo modo, a abastecer as necessidades dessas atividades, passando a receber maiores investimentos tanto da iniciativa privada quanto do governo, junto a possível aparecimento de empregos no comércio de apoio à atividade agrícola; a vida no modelo *country* tende a se propagar ainda mais; os padrões de consumo local tendem a se diversificar. De modo geral, pode-se dizer que ideologicamente, este movimento promovido pela chegada do agronegócio de grãos, à primeira vista, difunde-se uma imagem de que há um processo de desenvolvimento, com tendência a melhorar cada vez mais as condições de vida local. Por isso, mesmo entre as camadas mais pobres da população essa expansão do agronegócio de grãos, passa a ser vista como algo positivo.

Logicamente, esse otimismo aparente, é difundido por um viés ideológico em que aqueles trabalhadores que são absorvidos por esse sistema de produção demonstram o quanto pode dar certo, sendo isto um instrumento sedutor àqueles que não são absorvidos como mão de obra. Nisto, legitima-se inclusive, a máxima do senso comum de que quem não tem empregos, é porque não tem competências e condições de se inserir no processo produtivo, tal qual ocorre em outras regiões já consolidadas pelo agronegócio.

Portanto, nota-se que a entrada destas atividades nas faixas dos circuitos da BR 230 e BR 319, de modo geral, altera estruturalmente, desde as bases naturais do complexo da biodiversidade regional, mas também atinge a população de modo geral. Nisto quebra seus tradicionais modos de vida e os inserem num processo de produção e convivência, sob a lógica e a temporalidade do mercado, já na atualidade desta terceira década do século XXI.

É neste contexto de contradições, que a expansão da fronteira obtém dimensões de assentimento e rejeição, de ganhos e perdas, de esperanças e desesperanças. São as faces contraditórias da fronteira, ou melhor, das fronteiras que se encontram, até nos desencontros proporcionados na vida que anima o lugar, ao ser incorporado pela lógica do capital, ditando regra do tempo e do espaço vivido e a viver.

AGRADECIMENTOS

A Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

CONTRIBUIÇÕES

Concepção: Silvio Simione da Silva, João Maciel de Araújo e Rita Clara Vieira da Silva. **Metodologia:** João Maciel de Araújo e Rita Clara Vieira da Silva. **Análise formal:** Silvio Simione da Silva. **Pesquisa:** Silvio Simione da Silva, João Maciel de Araújo e Rita Clara Vieira da Silva. **Recursos:** Silvio Simione da Silva, João Maciel de Araújo e Rita Clara Vieira da Silva. **Preparação de dados:** Rita Clara Vieira da Silva.

Escrita do artigo Silvio Simione da Silva, João Maciel de Araújo e Rita Clara Vieira da Silva. **Revisão:** Silvio Simione da Silva, João Maciel de Araújo e Rita Clara Vieira da Silva. **Supervisão:** Silvio Simione da Silva. **Aquisição de financiamento:** Silvio Simione da Silva, João Maciel de Araújo e Rita Clara Vieira da Silva. Todos os autores leram e concordaram com a versão publicada do manuscrito.

Referências

- BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia:** geopolítica na virada do século III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- CASTRO DE JESUS, A. B.; OLIVEIRA NETO, T.; ARAÚJO DA SILVA, F. B. Periodização da rede urbana na faixa pioneira amazônica: os casos do sul do Amazonas e no oeste do Acre. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 15, n. 44, p. 182–203, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8231887. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/1848>. Acesso em: 30 nov. 2023
- CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia.** GEOUSP - Espaço e Tempo. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Oliveira_AU_130_1796472_TerritorializacaoCamponesaNaVarzeaDaAmazonia.pdf. Acesso em: 10 set. 2023. , 2007
- GRAZIANO DA SILVA, José. **o que é questão Agrária.** 16.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- LIMA, Maria Socorro Bezerra. **Políticas Públicas e Território: uma discussão sobre os determinantes da expansão da soja no Sul do Amazonas.** Tese (doutorado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro: [s.n], 2008.
- MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. Tempo Social; **Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.
- MARTINS, Gilvan Coimbra, FERREIRA, Mozart Martins, CURI, Nilton Curi, VITORINO, Antônio Carlos, SILVA, Tadeu, Marx Leandro Naves. Campos nativos e matas adjacentes da região de Humaitá (am): atributos diferenciais dos solos. Lavras, **Revista Ciência e agrotecnologia**, Lavras, v. 30, n. 2, p. 221-227, mar./abr., 2006
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A fronteira Amazônica mato-grossense:** Grilagem, Corrupção e Violência. São Paulo: landé Editorial, 2016, 530 p.
- ROCHA, Hélio. **Coronel Labre.** ed. SCIENZA, São Paulo. 2016
- SILVA, Silvio Simione da. **Na fronteira agropecuária acreana.** Presidente Prudente. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia). Curso de Pós-graduação em Geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista - FCT/UNESP.

_____. **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia-acreana.** Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente: [s.n] 2004.

_____. Bioma Amazônico. In: DIAS, Alexandre Pessoa et. al. **Dicionário de agroecologia e educação.** Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2021. P..157-162,

SILVA, Ricardo Gilson Costa. Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio—o exemplo de Rondônia. **Confins**, v. 23, 2015.

SILVA Viviane Vidal da, ARAÚJO Jordeanes do Nascimento, LIMA, Luís Augusto Pereira. O agronegócio e as transformações na fronteira no sul do Amazonas. **Anais do XIV Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia – XIV ENANPEGE**, João Pessoa, 2021.



Revista Geonorte, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus-Brasil. Obra licenciada sob Creative Commons Atribuição 3.0